

CIDADE

Deputado

de Brasília se elege com 35 mil votos

DAVI EMERICH
Da Editoria de Cidade

Calculos de especialistas em pleitos eleitorais indicam que um candidato, de um partido majoritário, só chegará à Câmara dos Deputados com um mínimo de 35 mil votos, patamar difícil de ser alcançado. Esta previsão toma como base a vitória do PMDB com 50 por cento dos 500 mil votos existentes no Distrito Federal (nas eleições de 1982 o PMDB conquistou 70 por cento dos votos de outros estados colhidos aqui).

Um partido, com cerca de 25 por cento dos sufrágios válidos, elegeria deputados, com 17 mil votos cada um. Dois partidos menores poderiam também eleger representantes, mas cada candidato teria de obter no mínimo 10 mil votos. Na hipótese dos partidos terem votação semelhante, seus candidatos precisarão recolher na urna aproximadamente 18 mil votos, cada um, se quiserem chegar à tribuna da Câmara.

SONHO

A luta pela representação política para o Distrito Federal configura-se como um grande sonho para muitas pessoas e algumas delas já se imaginam fazendo belos e importantes discursos da tribuna da Câmara dos Deputados. Se a emenda concedendo o direito de Brasília eleger deputados e senadores passar no Congresso, este sonho certamente vira abaixo para muitos candidatos e a realidade política, que envolve organização, prestígio popular e muito dinheiro, começará a falar mais alto.

Em Brasília, ainda segundo os políticos, o quadro de gastos em campanhas eleitorais tende a sofrer profundas modificações em virtude da relativa con-

centração dos núcleos urbanos, onde o centro (no caso o Plano Piloto) não fica distante mais que 40 quilômetros das periferias. Por outro lado, a área rural, apesar de importante, não chega a ter um peso decisivo no cômputo dos votos, pois nela não residem mais de 10 mil eleitores.

Um candidato popular, com penetração nos sindicatos no movimento estudantil e nas comunidades de moradores, de acordo com as avaliações, gastaria em sua campanha perto de Cr\$ 20 milhões, basicamente para despesas gráficas e com gasolina para transporte de seus partidários. Já um candidato formal, sem o necessário respaldo popular, teria de multiplicar estas despesas por cinco, no mínimo, ou seja a campanha chegaria a custar Cr\$ 100 milhões. Para corroborar este tipo de análise, os políticos citam o caso de um candidato lançado virtualmente no Distrito Federal — "de pára-quedas", como dizem que no comício das diretas da Torre de Televisão dispendera a bagatela de Cr\$ 3 milhões com a afixação de faixas e outros acessórios.

O sonho de candidato considerado pobre começa a se transformar em pesadelo com a perspectiva de Brasília não eleger senadores. Muitos destes esperavam fazer dobradinhas com candidatos ao Senado e peso financeiro, mas esta possibilidade começa a se desmanchar. A força do dinheiro, neste caso, fará sentir com maior violência, pois os candidatáveis ao Senado vão procurar um lugar ao sol de qualquer maneira e a Câmara dos Deputados servirá como um estuário natural de suas pretensões.